



DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA

ETHNIC-RACIAL DIVERSITY AND PEDAGOGICAL PRACTICES AT SCHOOL

Cinara Ciscato Kuhn¹

RESUMO

O presente artigo é um recorte de nosso estudo dissertativo e tem como objetivo discutir as questões étnico-raciais na escola, vislumbrando compreender como o racismo se manifesta dentro dos espaços escolares hoje, e como é possível empreender uma prática educativa ao combate às ações discriminatórias, na busca pela formulação de estratégias pedagógicas de reeducação das relações étnico-raciais no ensino fundamental. E nesta contrapartida, analisar as leis e diretrizes que regem e possibilitam as bases educacionais a compreensão de como concepções racistas ainda hoje permeiam nas escolas e interferem para um ambiente saudável. Para práticas educativas favoráveis nesse ambiente, sendo essenciais formações contínuas de professores para melhor conduzir os alunos, na busca da construção de novas relações étnico-raciais, pautadas no respeito, reconhecimento e valorização da diversidade. O Brasil como um país multicultural, apresenta uma rica pluralidade de culturas, povos e etnias que devem ser reconhecidos e valorizados no contexto educacional. O estudo foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, apoiando-se nos principais autores como: Munanga (2005), Gomes (2013), Arroyo (2014), Veiga (2008), dentre outros, para refletirmos uma educação com equidade. Espera-se com este estudo a conscientização de todos e o debate constante sobre práticas excludentes e antirracistas existente no espaço escolar e sociedade em geral.

Palavras-Chave: diversidade étnico-racial; práticas antirracistas; formação de professores; ensino fundamental.

¹ Mestranda do Curso de Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University, Orlando- FL
cinara.ciscato@gmail.com

ABSTRACT

This article is an excerpt from our dissertation study and aims to discuss ethnic-racial issues in schools, aiming to understand how racism manifests itself within schools today and how educational practices can be implemented to combat discriminatory actions, seeking to formulate pedagogical strategies for re-educating ethnic-racial relations in elementary school. In this context, we analyze the laws and guidelines that govern educational foundations to understand how racist concepts still permeate schools today and interfere with a healthy environment. For favorable educational practices in this environment, ongoing teacher training is essential to better guide students in the pursuit of building new ethnic-racial relations based on respect, recognition, and appreciation of diversity. Brazil, as a multicultural country, presents a rich plurality of cultures, peoples, and ethnicities that must be recognized and valued in the educational context. The study was conducted through bibliographic research as a methodological procedure, drawing on key authors such as Munanga (2005), Gomes (2013), Arroyo (2014), and Veiga (2008), among others, to reflect on an education with equity. This study is expected to raise awareness and foster ongoing debate about exclusionary and anti-racist practices in schools and society at large.

Keywords: ethnic-racial diversity; anti-racist practices; teacher training; elementary education.

INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil iniciou com os povos nativos, por volta de 1530, e de forma gradativa, substituída pela mão de obra negra africana. Sua historiografia educacional teve início no século XX, que nos mostra as relações existentes entre a questão étnico-racial e a escola, vislumbrando compreender como o racismo se manifesta dentro das instituições escolares hoje, e como é possível empreender uma prática educativa de combate às ações discriminatórias, na busca pela formulação de estratégias pedagógicas de reeducação das relações étnico-raciais.

Essa diversidade se forma no interior da sociedade brasileira, refletindo numa constante construção histórica de um país, que inclui muitos sofrimentos, escravidão, dominação das classes dominantes e lutas por direitos e igualdades.

Diante dessa realidade que estamos vivendo atualmente, quantas desigualdades, preconceitos e discriminações que afetam tantos grupos, a escola por sua vez pode e deve ajudar a minimizar esses anseios que deixam a sociedade mais fragilizada, com o intuito de torná-la homogênea a todos, uniformizando as diferenças, pois é nesses ambientes escolares que podemos

trabalhar o respeito, o diálogo e laços de amizade entre eles para evitar a negação desses sentimentos. A história do Brasil, marcada por conflitos, marginalização e desigualdades sociais e raciais, nos revela a necessidade urgente de mudanças. Questionando-nos como as políticas públicas e as práticas pedagógicas podem promover a inclusão e a valorização de todas as etnias no ambiente escolar, amenizando assim práticas excludentes.

Através da análise dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação, e a implementação de uma educação antirracista contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária, considerando as especificidades de cada grupo étnico inseridos na sociedade, este artigo busca discutir como a diversidade étnico-racial pode ser abordada nas práticas pedagógicas, analisando as políticas públicas, as metodologias que garantem os direitos à educação de qualidade e o respeito uns pelos outros e em busca da equidade e valorização das diferentes culturas. Por isso, a discussão da igualdade na escola está contida no direito de todos à educação e não ao preconceito e discriminação.

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

A questão étnico-racial no Brasil é um problema histórico, complexo e multidimensional, que envolve desigualdades, preconceitos, discriminações e lutas por direitos.

Com a chegada dos portugueses no Brasil, iniciou-se um processo de colonização nas sociedades das Américas e da África. Nesse processo, os colonizadores europeus não apenas exploraram recursos dos países colonizados, mas também implementaram um sistema de dominação cultural sobre os povos nativos dessas regiões.

Os povos indígenas e os escravizados africanos sofreram violências provocadas pelos portugueses, tendo por justificativa, a necessidade de cristianizar africanos e indígenas impondo a sua cultura.

No Brasil, a escravidão e o processo de tráfico de pessoas duraram cerca de 400 anos. Indígenas e africanos foram mortos, torturados e explorados. Os negros foram traficados para a região por meio dos chamados navios negreiros. Além de serem utilizados como mão-de-obra escravizada, esses povos também tiveram suas identidades culturais (não só cultural, mas a identidade no sentido amplo), seus valores e costumes suprimidos pelos colonizadores, que forçavam (Arno Wehling, 1999).

A abolição formal da escravidão e a conquista pelo direito fundamental da liberdade dos negros só aconteceu de forma generalizada em 1888 com a promulgação da Lei Áurea. Com isso o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão (Moura, 2004, p. 15).

As questões étnicas raciais no Brasil tiveram como base a suposta “democracia racial” pois não passou de uma aparente “farsa”, uma competição democrática, ao fazer com que todos os indivíduos acreditassem na convivência harmônica entre as três raças: negros, brancos e indígenas. A sociedade brasileira é composta, em sua maioria, pela população negra, mas é também a que mais sofre com a pobreza e precarização do serviço público ofertado.

Muitas foram as campanhas que ganharam força ao longo da década de 1980, como os Movimentos Sociais, que atribuíram visibilidade às demandas da população negra nos protestos, onde buscava-se a legitimação da diversidade étnica-racial. Um deles foi o movimento negro, formado por um grupo de pessoas que lutaram para defender a história e a cultura afro-brasileira e pela aprovação de leis que ajudaram a população negra a terem melhores condições de vida.

De acordo com o com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%, já a fração de brancos é de 27%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25% brancos.

Diante disso então, o preconceito racial e social existente nos faz refletir quão é necessário mudanças para garantir os direitos a todos, em prol de uma sociedade melhor e mais justa em concordância com as leis que a regem.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

A Lei 10.639, sancionada no ano de 2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de todo o país. Posteriormente, no ano de 2008, a Lei 11.645 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também a história e cultura indígena. Tais tratativas foram alvo de muitos debates e discussões entre sociedades, gestores educacionais e poder público. Essas leis representam um avanço significativo na promoção da diversidade étnico-racial no contexto escolar, mas a sua implementação ainda enfrenta desafios.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana definem que políticas de reparações e de reconhecimento devam formar ações afirmativas, isto é: “conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória” (Brasil, 2004, p.5).

Para reverter esses paradigmas relacionados aos preconceitos, a importância da implementação dessas diretrizes, exige um esforço contínuo da formação de professores, criação de materiais didáticos inclusivos e a adaptação das práticas pedagógicas. Desta forma, a escola é parte relevante no processo de formação de cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na reestruturação social (Freire, 1996; Silva, 2003; Capellini; Macena, 2018).

A escola tem como papel e função ser acolhedora e integradora dos indivíduos, pois é na socialização que se constroem e, nele um imenso universo de trocas e potencialidades existentes nesse ambiente tão rico de culturas, uma verdadeira diversidade composta por pessoas e pessoas, onde os agentes da educação farão a sua parte, realizando um trabalho homogêneo e criativo.

ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA ESCOLA: por uma educação antirracista

Como parte de um processo em que a memória do passado nos ajuda a ter melhor percepção dos fatos, as reflexões sobre a cultura negra fazem parte de temas de suma relevância para a formação social, cultural e educacional de um povo. Deste modo, ao falar sobre a memória como um processo intimamente ligado a questão cultural de um povo e como ponto de partida para a compreensão dos fatos, Munanga (2005, p. 16) assevera que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de descendência negra. Interessa também aos alunos de outras descendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos diariamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Munanga (2005) destaca a importância de os professores trabalharem as questões raciais, culturais e de representatividade, além de abordar a diversidade como um valor para toda a comunidade escolar. Práticas pedagógicas eficientes na escola, colaboram para uma educação antirracista e ajudam na valorização e conscientização da trajetória dos diferentes povos que



formam o país e colaboram no combate ao preconceito e racismo.

Segundo Moreira (2001, p. 49 apud Pansini; Nenevé, 2008, p.41) sobre a importância de trabalhar a diversidade humana na escola, se deve ao fato de que deve haver respeito entre todas as pessoas para que as relações humanas sejam integradoras e harmoniosas, onde o professor deve ser reflexivo e estar atento a todas as manifestações de discriminação e preconceito que possa acontecer no convívio escolar. Vale lembrar que são interessantes a prática de constantes diálogos e discussões sobre o assunto, para promover um verdadeiro espaço de trocas de vivências e respeito ao outro.

E, nesse movimento reflexivo, devemos lutar para vencer a exclusão e discriminação existente no ambiente escolar e instigar nos alunos a percepção e a consciência de que somos diferentes, e nem por precisamos ser grosseiros, arrogantes, agindo de má fé com os outros. Partindo dessa transição de conhecimentos e culturas é uma oportunidade para conhecermos a variedades de diversidades e assim aprendê-la a valorizá-la. Neste sentido,

“É importante salientar que a introdução de uma releitura sobre a África e a cultura afro-brasileira na escola afeta e causa impacto não só na subjetividade dos negros. Os outros grupos étnico-raciais presentes nessa instituição, sobretudo o segmento branco, também usufruirão dessa mudança” (Gomes, 2013, p. 73).

A escola compreendida como um espaço sociocultural, segue normas e regras que asseguram o ensino eficiente para a construção e formação do ser humano, portanto, necessita ter uma base forte, um currículo pensado e organizado que fortaleça as discussões e práticas numa perspectiva humanizadora e igualitária.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Pensando à escola como espaço formal e inclusivo, são as diferenças que enriquecem esse espaço, tornando -o de aprendizado, alegre, de sonhos, de conquistas, de desafios e descobertas exigindo um planejamento cuidadoso e dinâmico do professor. A escola deve oferecer estratégias e alternativas que abrangem a todos os indivíduos, criando um ambiente educativo prazeroso, onde o alunado possa desenvolver a consciência de si, do outro e da sociedade. A prática pedagógica neste sentido, visa educar a todos utilizando metodologias adequadas aos objetivos (Caldeira, 1994).

Sabemos que o processo educacional, mas também em vários espaços no tecido social. Assim, é relevante que as escolas e as redes de ensino estejam preparados para atender e dar suporte, elaborando ações integradoras e interculturais que garantam o acesso a conhecimentos diversificados. Neste sentido, Arroyo (2014, p. 83) questiona:

Como pensar currículos, conteúdos e metodologias, formular políticas e planejar programas educativos sem incorporar os estreitos vínculos entre as condições em que os educandos reproduzem suas existências e seus aprendizados humanos? Questões inquietantes (...) que vêm instigando outras práticas educativas, outros conhecimentos e outras relações entre mestres e educandos.

Não há como desconsiderar a diversidade cultural a qual constitui o nosso país, cuja marca da escravização, colonização, imigração ainda é forte na nossa cultural, comportamento, economia, dinâmica social e educacional etc.

Os saberes sistematizados nos livros são reconhecidos como prescritivos e míopes, e resultam de um recorte tendencioso de conteúdos, posto que seja parte do currículo oficial e normativo. O livro didático no ensino fundamental é um elemento de apoio a aprendizagem considerado importante pelos professores, posto que,



No mundo atual, caracterizado pela diversidade de recursos direcionados ao aperfeiçoamento da prática pedagógica, o livro didático ainda se apresenta como eficaz instrumento de trabalho para a atividade docente e para a aprendizagem dos alunos. O acesso a esse instrumento contribui para a qualidade da educação básica, além de promover a inclusão social. (Brasil, 2008, p. 5).

Nesse sentido, compete à escola desenvolver capacidades de levar os alunos à apropriação de determinados conteúdos da cultura, que serão necessários para que eles possam ser inseridos na sociedade, fazendo com que, cada um cultive suas raízes, valorizando e prezando por valores indispensáveis para o bem comum e o crescimento de todos.

Sendo assim, mais do que nunca, valorizar as diferenças com vistas a ressignificar as práticas educativas pelo reconhecimento da necessidade de atender indiscriminadamente a todos os inseridos na escola. Para que esse trabalho seja realmente efetivo, os professores deverão estar comprometidos e qualificados para esse processo de inclusão e aceitação das diferenças.

Afinal, o espaço escolar visto como espaço da livre expressão e de possibilidades de escolhas conscientes, faz com que possamos nos conscientizar que podemos melhorar esse ambiente, tendo em vista, os caminhos que cada um pretende alcançar na vida.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Vale destacar a importância dos profissionais da educação. O trabalho do educador para o desenvolvimento e aprendizagem do alunado, principalmente dos que trabalham no ensino fundamental, é um desafio, pois a mediação do conhecimento apresenta uma carga de responsabilidade enorme para ambos os envolvidos no processo, quanto para as escolas e redes de ensino. Mediar envolve uma articulação de todo o conhecimento prescrito, vivido e oculto que

permeia as interações de cada um deles (Almeida, 2004).

Paulo Freire (2001) sobre à formação permanente dos educadores, destaca em suas palavras:

[...] um dos programas prioritários em que estou profundamente empenhado é o de formação permanente dos educadores, por entender que os educadores necessitam de uma prática político-pedagógica séria e competente que responda à nova fisionomia da escola que se busca construir (Freire, 2001, p. 80).

A formação continuada é uma prática muito importante relacionada pela busca da qualificação e especialização de professores para saber como trabalhar com diferentes situações do dia a dia, buscando uma educação emancipadora. A respeito da formação continuada Veiga (2008, p.21) ressalta:

A formação continuada é um direito de todos os professores que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Dessa forma, cabe ao professor realizar uma análise reflexiva de sua prática e da sua turma para que consiga conduzir sua aula com um propósito investigativo, inclusivo, propondo meios onde a interação aconteça de forma naturalmente, prazerosa, que possibilite o engajamento e a troca de conhecimentos e valores adquiridos.

Para tanto, é indispensável que os professores sejam capacitados e que buscam sempre renovar seus conhecimentos para melhor desempenhar sua função na escola. E um dos principais desafios para a implementação efetiva da diversidade étnico-racial nas escolas é sem dúvidas a formação de professores e dos profissionais da educação. Professores despreparados tornam a

educação negativa e mal vista para os alunos, desmotivando-os a seguir seus estudos, também podendo dificultar a implementação de práticas pedagógicas antirracistas.

Para a efetivação da diversidade étnico-racial na escola é indispensável a família e a comunidade escolar estarem presentes nesse espaço, pois não é responsabilidade somente da escola desenvolver princípios de valores, de respeito e de bem viver aos seus alunos, mas sim precisa da parceria e do apoio de todos os envolvidos nesse processo de formação e construção de medidas igualitárias e emancipatórias, então, a educação vai além dos muros escolares.

Portanto, na instituição escolar encontram-se os principais sujeitos para a promoção e construção de um ambiente escolar harmonioso, inclusivo e antirracista. E, sendo assim, todos exercem seu papel fundamental de construtores que promovam o respeito à diversidade e a troca de experiências interculturais, fortalecendo a convivência humanizada para uma sociedade significativa de valores e de respeito mútuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola sendo um espaço privilegiado de socialização, continua a exercer um papel importante na história social dos alunos, mas nem sempre essa trajetória foi concebida por lembranças e aprendizagens significativas e positivas.

Faz-se necessário e urgente debates e discussões sobre as questões das diversidades que fazem parte do ambiente escolar e presentes na sociedade em geral. Temas como preconceito racial, discriminações, entre outros, precisam ser incorporadas no âmbito das políticas públicas educacionais.

Precisamos nas nossas práticas diárias amenizar esses problemas sociais que causam tantas discórdias, inimizades, preconceitos, violências, buscando estratégias eficientes e capazes da conscientização em prol de uma educação sadia e igualitária.

Ao falarmos sobre as questões étnico-raciais, apoiando-nos em documentos legais, diretrizes, vistos a importância das conquistas sociais em relação às políticas públicas contra as desigualdades, o racismo, o preconceito e demais discriminações que fazem parte da sociedade em que vivemos.

Importante ressaltar a necessidade de um olhar atento para a diversidade cultural presente na escola. É fundamental uma prática educativa de qualidade que possibilite a construção de saberes, associados ao respeito à interculturalidade. Professores qualificados são incentivadores e promotores da inclusão social. Manejam de forma positiva o material didático, fazendo uso do mesmo como apoio.

A escola precisa estar comprometida e atenta com a mudança social a fim de estabelecer práticas antirracistas e excludentes. E, para bem vivermos o apoio da família também é fundamental, juntamente com a comunidade, alunos e escola, pois cada um exerce um papel importante para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Enfim, as diferenças e as desigualdades são construções humanas que precisam ser trabalhadas para melhor vivermos em sociedade, onde essas diferenças devem ser abordadas sob o aspecto humano, de criaturas humanas criadas por Deus, e que temos sempre que incluir, aprender com as diferenças e evoluir na medida da nossa convivência com os diferentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. T. P. **Aprender a ler e o brincar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/argidvol_46_1475014032.pdf> Acesso em: 12 nov. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro; ZAIDAN, Samira. **Práxis pedagógicas: um desafio cotidiano**. Disponível em: <<http://www.Fumec.br/revistas/paideia/article/view/2374>> < Acesso em: 3 de nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-PauloFreire.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003**. IN: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Antônio Flávio Moreira e Vera Maria Candau (org.). 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Observatório de educação**, 2023. Disponível em:

<<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>> Acesso em 20/ nov.2024.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502372691_ARQUIVO_Anpuh2017Textocompleto_Cleber.pdf Acesso em 20 nov. 2024.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. (Org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994 Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/curriculo-escolar>> acesso em: 03 de nov.2024.

MUNANGA, K. Apresentação. In: _____. **Superando o racismo na escola** 2. ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005. p. 15-20. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 5 de dez.2024.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. **As dimensões do projeto político-pedagógico**. 6ª ed. São Paulo: Papyrus, 2008. Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_MD1_SA15_ID875_25062019200815.pdf> Acesso em: 3 dez. 2024.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória**: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/108/o/GRAMSCI_R%C3%9CSEN_E_A_BUSCA_POR_U MA_%E2%80%9CHISTORIOGRAFIA_INTEGRAL%E2%80%9D_DO_OITOCENTOS_BRASILEIRO.pdf> Acesso em: 18 nov. 2024.